

TRABALHOS DE ANTROPOLOGIA E ETNOLOGIA
Vol. 35 (4)

ACTAS VIII



1º CONGRESSO de ARQUEOLOGIA PENINSULAR

PORTO
SOCIEDADE PORTUGUESA DE ANTROPOLOGIA E ETNOLOGIA
1995

**1.º CONGRESSO DE
ARQUEOLOGIA PENINSULAR**

(Porto, 12-18 de Outubro de 1993)

A C T A S

(Coordenação de Vítor Oliveira Jorge)

Vol. VIII

gem sagrada, significativa, um imenso santuário de ar livre, em Portugal, no rio Côa, com continuidade em Espanha, em Siega Verde, no rio Águeda e, certamente, também em Mazouco, no Douro. Em qualquer dos casos, *gravuras e rio, qual grande gruta ao ar livre, formam um todo indissociável, uma globalidade que nos tira toda a possibilidade de conjugar uma mega-barragem com a sua preservação. Aqui, o monumento é todo o vale do Côa.* É preciso que os decisores compreendam isto com inteligência, e com urgência, pois quaisquer outras tentativas de “conjugar”, aqui, a falsa dicotomia “cultura” e “progresso”, estão votadas ao fracasso. Nem soluções de tipo Assuão — completamente ultrapassadas no tempo, em termos de filosofia de conservação —, cortando rochas e deslocando-as para outros sítios, nem o afogamento das manifestações artísticas, desprovenendo-as da maior valência que é o próprio vale, são aqui aplicáveis. Cultura e progresso são, no Côa, não só articuláveis, como verdadeiramente potenciadores de uma nova forma de cultura e de uma nova forma de progresso, retroagindo positivamente um sobre o outro. Um grande Parque natural e arqueológico é a resposta, à semelhança de outros existentes nos Estados Unidos, Austrália, França ou Itália.

Tenham paciência, mas neste caso não podemos continuar a adiar a solução incontornável. Segundo o jornal “Público” de hoje, o Sr. Ministro Mira Amaral, confrontado com o destino a dar ao santuário do Côa, teria afirmado: “Santuário, só conheço um, o de Fátima.” Espero que, se tiver a oportunidade de ler este meu texto, se lembre de que santuários existem muitos, na nossa e noutras religiões, quer actuais quer passadas. E que esses sítios — todos esses sítios — como lugares onde homens e mulheres de alguma maneira oraram, em qualquer momento do espaço e do tempo, a algo que sentiam que os transcendia, nos devem merecer respeito. Podemos não crer em Deus, mas todos somos religiosos. Desde há muitos milhares de anos. É uma herança, e característica, únicas da nossa espécie. Os arqueólogos, como quaisquer cidadãos de cultura mediana, podem ensinar isso aos que, aparentemente fechados no seu auto-convencimento, parece não os quererem ouvir. Ouçam então ao menos os milhares de jovens que, neste momento, afluem a Foz Côa, mostrando que não desejam um futuro em que a felicidade e a beleza da vida sejam sacrificadas ao pseudo-progresso de uma tecnocracia sem alma. Não transformemos em caos o que já foi um cosmos, símbolo da união íntima do ser com a paz e a alegria.

Porto, Abril de 1995

CÔA, RIO DO NOSSO DESLUMBRAMENTO*

por

Vitor Oliveira Jorge

Na segunda metade do séc. XIX aprendemos que os “selvagens” que habitaram a Europa há 30.000 ou há 20.000 anos eram capazes de produzir obras que hoje consideramos como artísticas. Nos princípios do séc. XX já ninguém tinha dúvidas de que essas “obras” não eram apenas objectos portáteis, mas painéis inteiros que se inscreviam na arquitectura natural das cavernas. Nos anos 60 ficámos a saber que esses painéis não eram feitos ao acaso, nem simples produtos de uma magia de caça ou da fertilidade: eram mitogramas, representavam o suporte visual de uma religião, impregnavam de sentido cósmico aqueles espaços obscuros. Mas agora, a partir dos anos 80 e 90, sobretudo com o Côa, temos a certeza de que os tais “selvagens” organizavam conceptualmente paisagens inteiras, a maior das quais se preservou miraculosamente em território português. A partir dos volumes da natureza, vista como uma totalidade significativa, figuras de animais, motivos antropomórficos ou esquemáticos, eram realizados com o fim de sacralizar todo o curso de um rio, qual grande gruta ao ar livre. Abre-se aos nossos olhos deslumbrados uma nova “imagem” da mentalidade desses antepassados de há 200 séculos. Afinal, eles só eram “selvagens” na nossa deturpada imaginação, que assim desvalorizava o que era já uma evoluída forma de vida, escorada num sentido de conjunto do mundo. Esse sentido não emergia instantaneamente das figuras gravadas ou pintadas. Exigia silêncio, tempo, passagem do imediatamente visível para o outro lado. Talvez essa “viagem” fosse conduzida por iniciados, talvez essa força que assim adquiriam lhes orientasse o pulso no traçado, com um gume ou ponta de pedra, da forma perfeita, certa, a que permitia exprimir a ordem e a harmonia da realidade.

* Texto parcialmente publicado no desdobrável da Exposição das fotografias de Duarte Belo sobre o vale do Côa realizada pela Fundação Gomes Teixeira no Círculo Universitário do Porto, em Junho de 1995.

Talvez estas palavras sejam só uma nova tentativa de mitificar esses “primitivos” em que nos retratamos no espelho deformante da nossa memória. Mas, poderemos viver amnésicos? Poderemos prescindir do Côa sem o sentimento de termos cometido um monstruoso crime?

O som das ondas que agora de vez em quando já banham os cavalos e os bois que daquelas rochas nos olham, ou que até cobrem figuras que se tornaram temporariamente invisíveis debaixo de água, parece pedir-nos, numa espécie de aflição escorrida, interminável, que acorramos a salvar algo de nós que ali jaz.

Estas águas jamais poderão ser uma torrente de sangue ou um pântano de agonia da nossa identidade. O Côa em todo o seu deslumbramento, nós, aqui presentes, para sempre exigimos.

Porto, Junho de 1995

POLÍTICA E CIÊNCIA NA QUESTÃO DO CÔA*

por

João Zilhão**

Entre os partidários da barragem do Côa começa a ser utilizada, embora ainda em surdina, a tática de pôr em causa a credibilidade dos arqueólogos que têm vindo a defender a paragem das obras e a transformação da região num Parque Arqueológico com o argumento de que, na verdade, ninguém sabe muito bem qual a real antiguidade da arte rupestre aí descoberta e que, se calhar, as gravuras até nem são paleolíticas...

O mote foi dado, logo em princípios de Janeiro, nas declarações prestadas à RTP por um suposto especialista espanhol de arte rupestre (que, aliás, é completamente desconhecido em Espanha). Segundo ele, as gravuras tinham de ser póspaleolíticas, porque a fauna representada (cavalos, auroques, cabras e veados) não incluía as espécies extintas características do Paleolítico Superior (bisonte, mamute, rinoceronte lanígero, rena). A enormidade do disparate é evidente. Qualquer pessoa que tenha um mínimo de informação acerca do assunto sabe que as espécies mais bem representadas em toda a arte parietal paleolítica são precisamente o cavalo e o auroque! Se as premissas do raciocínio fossem válidas, a famosa gruta de Lascaux também seria póspaleolítica...

A ausência no Côa das referidas espécies extintas nada tem de surpreendente: o mesmo acontece na arte parietal e móvel paleolítica do sul de Espanha, e explica-se pela simples razão de que elas não habitavam estas regiões. Em todas as jazidas paleolíticas de gruta (as únicas em que os restos ósseos se preservam sempre) até hoje conhecidas em Portugal, seja na faixa litoral entre Tejo e Mondego seja em Trás-os-Montes, nunca foi encontrado um único resto ósseo de bisonte, rena, mamute ou rinoceronte lanígero. Como podiam os artistas do Côa ter representado animais que não conheciam?

* Publicado no jornal *Público* de 13-06-1995.

** Docente do Departamento de História da Faculdade de Letras de Lisboa, Presidente da Secção de Pré-História da Associação dos Arqueólogos Portugueses. Membro do Conselho Permanente da Union Internationale des Sciences Préhistoriques et Protohistoriques (UISPP).